Linguagem clara sem jargão: como um advogado penal em Braga explica o processo Arguido, assistente, inquérito, instrução, pronúncia, trânsito em julgado. Quem lê pela primeira vez uma notificação de um processo-crime fica muitas vezes com a sensação de que está a ler outra língua. E não é por acaso: o direito tem vocabulário próprio, rigoroso, que serve bem os profissionais mas afasta quem é o principal interessado no processo. Um dos compromissos de um bom advogado penal é traduzir essa linguagem para que o cliente perceba o que está a acontecer. Explicar sem jargão não é simplificar em excesso. É dizer, por exemplo, que ser constituído arguido significa passar a ter direitos de defesa formais e não ser considerado culpado. É explicar que um despacho de arquivamento quer dizer que o Ministério Público não encontrou indícios suficientes para levar o caso a julgamento, e não que alguém mentiu. É mostrar que uma medida de coação é uma restrição temporária e não uma pena. Estas explicações mudam especialista em direito penal a forma como o cliente vive o processo. A clareza tem também uma função prática. Um cliente que percebe em que fase está o processo, o que pode fazer e quais os prazos, toma melhores decisões. Sabe quando deve enviar uma notificação ao advogado, porque é importante atualizar a morada indicada no termo de identidade e residência, ou porque convém não falar do caso nas redes sociais. Um cliente informado é um aliado da própria defesa, ou da sua posição como vítima, e não um espectador passivo.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Por isso, a primeira reunião com um advogado penal deve sair com respostas compreensíveis. Se o cliente sai sem perceber o essencial, alguma coisa falhou. É perfeitamente legítimo pedir que o advogado repita, explique de outra forma ou ponha por escrito os passos seguintes. Em Braga, como em qualquer lado, muitas pessoas têm vergonha de dizer que não perceberam, e essa vergonha não deveria existir. Perguntar o que significa uma palavra num despacho não é sinal de ignorância, é sinal de que se leva o processo a sério e se quer participar nas decisões que dizem respeito à própria vida. Na QUOR Advogados, a linguagem clara sem jargão é um compromisso assumido publicamente, a par da transparência total sobre custos, da resposta em 24 horas úteis e do acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. A Dra. Paula Pratinha é reconhecida, precisamente, pela clareza estratégica com que explica cada situação aos clientes. Se tem um processo e sente que ninguém lhe explicou bem o que está a acontecer, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.